

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 3
[recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins
Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-448-1

DOI 10.22533/at.ed.481202909

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas –
Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

CAPÍTULO 7

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A PERSPECTIVA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/06/2020

Gissele Carraro

Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória/Programa
de Pós-Graduação em Políticas Públicas e
Desenvolvimento Local
Vitória, Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6949112965998925>
<https://orcid.org/0000-0002-3143-9708>

Jane Cruz Prates

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/1901733198724508>
<https://orcid.org/0000-0003-0539-3600>

Solange Emilene Berwig

Universidade Federal do Pampa
São Borja, Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2432723992234220>
<https://orcid.org/0000-0002-6964-044x>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir a questão do trabalho interdisciplinar no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, abordando aspectos-chave para o debate como, a estruturação do SUAS e a requisição do trabalho coletivo na perspectiva da interdisciplinaridade, reconhecendo a composição das equipes de referência com profissionais de diferentes áreas do conhecimento que devem desenvolver o trabalho

coletivamente. A interdisciplinaridade é abordada teoricamente como forma de compreensão desse tema. Entende-se que refletir e ampliar o conhecimento sobre os processos de trabalho desenvolvidos coletivamente na perspectiva da interdisciplinaridade são fundamentais para o avanço qualificado das ações do SUAS, no entanto essa abordagem requer dos envolvidos – gestores e trabalhadores, um processo de conhecimento contínuo através da educação permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade, Trabalho Interdisciplinar, Sistema Único de Assistência Social.

THE SYSTEM SOCIAL ASSISTANCE SERVICE (SUAS) AND THE PERSPECTIVE OF INTERDISCIPLINARY WORK

ABSTRACT: This article has as objective to discuss the issue of interdisciplinary work in the System Social Assistance System - SUAS. A bibliographic review was carried out, addressing key aspects for the debate, such as the structuring of SUAS and the request for collective work in the perspective of interdisciplinarity, recognizing the composition of reference teams with professionals from different areas of knowledge who must develop the work collectively. Interdisciplinarity is approached theoretically as a way of understanding this theme. It is understood that reflecting and expanding knowledge about the work processes developed collectively from the perspective of interdisciplinarity are fundamental for the qualified advancement of SUAS actions, however this approach requires from those

involved - managers and workers, a continuous knowledge process through Permanent Education.

KEYWORDS: Interdisciplinarity, Interdisciplinary work, Unified Social Assistance System.

1 | INTRODUÇÃO

Com o avanço da política de Assistência Social sob a perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constituída por serviços em níveis de complexidade, uma nova lógica de trabalho se configura. A atenção qualificada amparada no preceito legal do direito socioassistencial demanda dos trabalhadores envolvidos a compreensão desse campo como parte da seguridade social brasileira. O formato do SUAS em serviços, as composições das equipes de referência e a superação da Assistência Social como espaço assistencialista, requer dos trabalhadores envolvidos a capacidade de desenvolver o trabalho numa perspectiva interdisciplinar, principalmente numa conjuntura marcada por retrocessos.

É imperioso observar, que entre avanços e retrocessos que marcam a história dos direitos sociais no Brasil, estes encontram-se mais uma vez, fortemente atacados pela condução mais recente no plano político brasileiro. Uma das questões que tem sido preocupante neste cenário é a aprovação (2017) do Novo Regime Fiscal, que determina o limite de gastos federais por 20 anos. A medida de austeridade aprovada implica no congelamento dos investimentos em áreas essenciais — saúde, educação, assistência social, previdência social —, sem mencionar as demais.

Ainda, considerando-se que o funcionalismo público é a maior “despesa” do Estado, há uma tendência de recuo no campo das contratações e alocação de recursos humanos em todas as áreas, além de congelamento de salários, suspensão de progressões nas carreiras e de concursos públicos. Além da dinâmica de redução do Estado, observa-se o avanço do conservadorismo e uma retomada da lógica da solidariedade filantrópica, ações que destituem o lugar dos direitos e os deslocam para o campo da solidariedade, esvaziado da premissa da cidadania e de reconhecimento dos cidadãos de direitos, tais questões colocam em risco o projeto de assistência social tão almejado e que vinha sendo construído - a duras penas.

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS, as equipes de trabalho referenciadas nos serviços como os Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro POP, Instituições de Longa Permanência, são todas constituídas por quadros de profissionais de diferentes áreas do conhecimento e distintos níveis de formação, isso implica construir um trabalho integrado que seja capaz de agregar os diversos saberes no atendimento das demandas.

Os trabalhadores do SUAS, previstos na NOB-RH/SUAS foram elencados tendo em vista a materialização das múltiplas demandas que historicamente passam pela assistência social. Considerando a configuração dos serviços em proteção social básica, proteção social especial de média e alta complexidade, assistentes sociais e psicólogos assumem um espaço de destaque na política, a discussão sobre o trabalho interdisciplinar, neste estudo, privilegia o debate sobre a interação destes profissionais, sem contudo desconsiderar a importância das equipes como um todo.

O trabalho interdisciplinar tem sido debatido por diferentes áreas do conhecimento, e possui ampla produção do conhecimento quando abordado pela inserção das equipes multiprofissionais no campo da saúde. No entanto, ainda se constitui uma demanda importante para pensar as intervenções na política de Assistência Social, observando as novas requisições postas aos trabalhadores com o avanço do SUAS e as poucas produções que versam sobre o tema. Seguindo essa lógica o objetivo deste estudo é *apresentar uma reflexão teórica sobre o trabalho interdisciplinar no SUAS* a fim de contribuir para o debate e o avanço na compreensão da interdisciplinaridade. Para desenvolver a discussão desdobra-se o objetivo geral em pelo menos dois específicos: a) *problematizar o conceito de interdisciplinaridade*; e b) *contextualizar o trabalho interdisciplinar na Assistência Social*.

O presente trabalho trata de um texto ampliado, revisado e atualizado, que originalmente publicado nos Anais do II SENPINF- Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: Marcas históricas e movimentos contemporâneos. A presente produção é composta por quatro partes, incluindo a introdução e a conclusão, enfocando para a discussão sobre a interdisciplinaridade em seus aspectos conceituais, dimensões e finalidades, aliada a questão do trabalho profissional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este tem exigido a complementaridade e a construção de novos saberes e ações coletivas, que viabilizem respostas às demandas e necessidades sociais, no intuito de mediar o acesso aos direitos de cidadania. Pretende-se ainda, contribuir para reflexões e problematizações que permeiam a interdisciplinaridade, reconhecendo a necessidade de um trabalho coletivo e qualificado no SUAS.

2 | INTERDISCIPLINARIDADE: CONCEPÇÕES, DIMENSÕES E FINALIDADES

A interdisciplinaridade é uma categoria que vem sendo apropriada na formação acadêmica como matéria, e no trabalho de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas, numa tentativa de vinculação, reciprocidade, interação e complementaridade no processo de análise da realidade, na formulação de reflexões e proposições para a intervenção. Desse modo, a interdisciplinaridade apresenta-se como uma tentativa de “enfrentar os problemas mais globais a que a sociedade nos impele e os saberes disciplinados, fragmentados, parcelados que são construídos.” (FAZENDA, 2008, p. 13).

Como matéria na formação acadêmica, há a possibilidade de a interdisciplinaridade compor a estrutura curricular como disciplina específica, além de ser conteúdo transversal de diferentes disciplinas na formação profissional, tanto em nível de graduação, quanto de pós-graduação. Assim, pode-se dizer que a interdisciplinaridade é dotada de um corpo de conhecimentos, gerados por meio de um processo contínuo e sistemático de elaboração de referenciais teórico-práticos de naturezas diversas, portanto, envolve definições múltiplas e conceitos variados.

Em relação ao debate conceitual, há possibilidades e confrontação de concepções divergentes e convergentes. Há certo consenso, de que “a conceituação de interdisciplinaridade é, sem dúvida, uma tarefa inacabada, até hoje não conseguimos definir com precisão o que vem a ser [...]” (SEVERINO, 2010, p. 11).

Nesse sentido, comumente se faz presente na produção de conhecimento as mais díspares concepções e problematizações acerca da interdisciplinaridade, o qual Paviani e Botomé (1993) chama de “velho problema”, ou seja, a hierarquização e compartimentalização dos saberes, resquícios da ciência positivista e o racionalismo cartesiano. Isto quer dizer que, a questão não é termo interdisciplinaridade.

O verdadeiro problema não está no prefixo ‘inter’ mas no núcleo da expressão. Está na palavra, ou melhor, no conceito ‘disciplina’. [...] A compartimentalização estanque do conhecimento, o confinamento do conhecimento em disciplinas, antagonismos e pretensas ou pseudo-hierarquias entre as disciplinas, a alocação de conhecimentos novos em velhas ou novas disciplinas, insatisfação com a organização do conhecimento e as integrações de conhecimento periféricas e superficiais, gerando reducionismos nas perspectivas das várias áreas (ou sub-áreas) do conhecimento são exemplos bastante evidentes e que já são percebidos em torno do que construiu a popularidade do tema interdisciplinaridade. (PAVIANI; BOTOMÉ, 1993, p.11-12).

Por esse prisma, a interdisciplinaridade não é algo novo, tampouco se constitui em uma “solução mágica” para superar a compartimentalização dos diferentes campos do conhecimento científico e as hierarquizações estabelecidas entre as áreas nos diversos espaços ocupacionais de trabalho, as quais se “[...] apresentam como desdobramentos naturais na atual forma da realidade social” (TONET, 2013, p. 732) sob a ordem societária capitalista, em que a alienação, o egoísmo, o individualismo, a competitividade, a fragmentação e as relações de poder se fazem presentes.

Destarte, a respeito da superação dos problemas apontados, de fragmentação hierarquização, é preciso “[...] mais do que experiências ocasionais, modificações terminológicas, ensaios de convivência, reuniões superficiais [...]”. Parece necessário mudar estruturas, conceitos, procedimentos de trabalho e gerar novos conhecimentos” (PAVIANI; BOTOMÉ, 1993, p. 75) que subsidiem a capacidade de compreender e agir perante a realidade social, na qual são desenvolvidas as atividades humanas, dado que “na vida social, descobrimos outros seres semelhantes a nós; eles agem sobre nós, nós agimos

sobre eles e com eles. Estabelecendo com eles relações cada vez mais ricas e complexas [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 50).

Estas, por sua vez, são condicionadas pelas determinações impostas pelo modo de produção comandado pelo capital, que incentiva o individualismo, a competitividade, a aversão às formas coletivas de trabalho e organização dos(as) trabalhadores(as). Contrário a isso, partilha-se do pressuposto que

nossas formações profissionais básicas não devem nos dividir, mas, pelo contrário, nos proporcionar os fundamentos para a construção de um saber coletivo. É como trabalhadores que temos de nos reconhecer e juntos que temos que atuar. Ao não nos identificarmos como trabalhadores, sucumbimos à lógica do capital que nos divide para nos fragilizar. [...] *Todos somos trabalhadores por causas comuns e das diferenças de nossas profissões é que devem brotar as possibilidades!* (MARTINELLI, 1995, p. 149-150).

Desse modo, a superação da alienação e o desenvolvimento da consciência coletiva tornam-se essenciais para a consecução de objetivos comuns. Entende-se que a vida social dos indivíduos, pela complexidade e múltiplas dimensões e relações que constituem a realidade e a necessidade de levar em conta as interações que dela resultam, não tem alcance pleno em uma única interpretação, compreensão e explicação, o que indica para a imperiosa complementaridade entre as diferentes disciplinas científicas. Ora, é preciso

[...] mais que o ladear, implicando troca, reciprocidade, discussão, conhecer o outro profissional e a outra profissão e a sua alteridade para trocas e complementações. [...] se alicerça no entendimento do outro como consciência que tem percepções e visões de mundo compatíveis ou não com as nossas, mas com quem podemos discutir. (EULÁLIA; MUNHOZ, 1996, p.167).

É por meio do diálogo reflexivo e o compartilhamento de conhecimentos particulares que se constitui a apropriação e a capacidade de análise mais ampliada da própria realidade social. Esse movimento, por um processo de sucessivas aproximações, pode levar à integração mútua, constituindo novos saberes e propostas capazes de produzir mudanças, pois “não é possível ler a realidade social e agir nela sem apreendê-la como um complexo, um todo que é tecido junto... Por isso mesmo precisamos de uma perspectiva que integre, organize e totalize” (NOGUEIRA, 2001, p. 35) em uma direção comum.

Interdisciplinaridade não se restringe a agrupar informações e visões de diferentes áreas, mas de efetivar “[...] uma dialética entre as partes e o todo, o conhecimento das partes fornecendo elementos para a construção de um sentido total” (SEVERINO, 2010, p. 17). Implica posicionamento e atitude, que possibilite ações conjuntas, integradas e inter relacionadas de profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Destarte, embora a constituição de equipes multiprofissionais, nos diversos espaços ocupacionais, seja um requerimento do trabalho, não implica necessariamente a efetivação da interdisciplinaridade. Na atuação em equipe multiprofissional, diversos profissionais trabalham com demandas que se apresentam em seu cotidiano, de forma complementar, a

partir das particularidades da área de formação. Já, a interdisciplinaridade tem em sua base o trabalho coletivo, que tem como princípio norteador ações conjugadas entre diferentes profissionais (CAMELLO, 2005) inseridos nos diversos espaços sócio-ocupacionais, entre os quais destaca-se a esfera executiva, onde ocorre a gestão, formulação, a execução e a avaliação de políticas públicas.

Particularmente, no que tange a política pública de assistência social, com a implantação do SUAS, um dos pressupostos é o trabalho coletivo, que envolve os trabalhadores de nível superior, médio e fundamental, além de que os trabalhadores de nível superior de distintas formações. Debruçar-se sobre a interdisciplinaridade no SUAS, conduz a apreensão do campo sobre a qual se desenvolverá as ações inerentes aos serviços, programas, projetos e benefícios.

O principal objetivo de ação da política de Assistência Social, as vulnerabilidades e riscos sociais, não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações. (BRASIL, 2009, p. 64).

Logo o desenvolvimento de um trabalho coletivo interdisciplinar é uma premissa dessa política pública, em que pese a complexificação e diferenciação das necessidades sociais, que atribui à assistência social as funções de proteção social (básica e especial), vigilância socioassistencial e defesa de direitos. Para a efetivação dessas funções, na perspectiva de consolidar a política de assistência social como direito e responder com qualidade às demandas do trabalho, é indispensável “[...] complementaridade – intencionada e concretizada – nas intervenções de cada política social e, desta, com as demais políticas sociais [...]”. (OLIVEIRA, 2004, p. 3).

Outrossim, o trabalho coletivo interdisciplinar requer articulação e entendimento dos processos a serem desenvolvidos, ou seja, dimensões interventivas, complementares e indissociáveis, para construções coletivas.

[...] Ao analisarmos a passagem de uma projeção individual para uma orientação teleológica da coletividade, temos a seguinte questão: o que leva os indivíduos a projetarem/agirem coletivamente? [...] A orientação teleológica coletiva é construída [...] para realizar objetivos concretos elaborados por segmentos da sociedade que concordam com determinados ideais, valores, princípios que conformam um dado projeto coletivo. [...] Parto do pressuposto de que a necessidade, a consciência e a vontade são elementos que contribuem para viabilizar a projeção/construção coletiva. [...] A explicitação do processo de construção dos projetos coletivos é, portanto, polêmica e complexa. Isso porque é determinada por diversos fatores objetivos e subjetivos, destacando-se: a necessidade que gera a ação coletiva, a consciência que orienta a organização política e a vontade que mobiliza para a projeção/construção coletiva. (RAMOS, 2002, p. 85).

Para que isso ocorra, é essencial a constituição de espaços de discussão e reflexão dos referenciais teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que pautam o trabalho profissional e propiciem avanços na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos, levando em conta as especificidades das situações e demandas sociais e especificidades do trabalho.

3 I TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO SUAS

As inovações incorporadas pelo novo modelo socioassistencial instaurado pelo SUAS estabelece novos desafios aos trabalhadores dessa política. A inclusão de diversas categorias profissionais de nível superior ao quadro de trabalhadores, o reconhecimento dos trabalhadores de nível médio, a regulamentação das funções e ocupações, o reordenamento dos serviços são todas ações que buscam a qualificação da oferta dos serviços numa perspectiva de totalidade, processo esse em que se inserem diferentes trabalhadores. As mudanças ocorridas no marco legal da política de assistência social implicam uma mudança de paradigma, desafiando os trabalhadores envolvidos a construir coletivamente abordagens no sentido de qualificar a intervenção profissional.

A composição dos quadros dos profissionais de referência para a política de assistência social, considerando os níveis de proteção (proteção social básica, e proteção social especial de média e alta complexidade), está prevista com vistas a contribuir no processo atenção integral, visando potencializar as ações de proteção. Assim, as abordagens das distintas profissões

[...] podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. Ao integrar a equipe dos/as trabalhadores/as no âmbito da política de Assistência Social, os/as profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações. (CFESS, 2014, p.26).

A *equipe de referência* definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS 2006 traz as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, quais sejam: Assistentes Sociais, Psicólogos, Advogados. Outros profissionais poderão integrar as equipes, tais como: Antropólogos, Economistas Domésticos, Pedagogos, Sociólogos, Terapeutas Ocupacionais, Musicoterapeutas, Administradores, Antropólogos, Contadores, Economistas Domésticos, Pedagogos, Sociólogos. (BRASIL, RESOLUÇÃO 17, 2011).

Apesar da resolução reconhecer diferentes áreas profissionais, é quantitativamente mais expressivo na política de Assistência Social a composição dos quadros conforme

a definição inicial das proteções, com equipes compostas com Assistentes Sociais e Psicólogos, de maneira que estas áreas do conhecimento é que tem em alguma medida refletido sobre as demandas para os profissionais na construção de processos de trabalho coletivos e interdisciplinares.

O exercício do trabalho qualificado no SUAS, em uma perspectiva emancipatória, exige que se conjugue três dimensões absolutamente necessárias no processo de construção da identidade profissional: a dimensão política, a dimensão ética e a dimensão técnica. Essas requisições colocadas aos profissionais constituem um desafio ainda maior se considerada para a efetivação do trabalho interdisciplinar, pois tais dimensões devem se consolidar na interação entre as diferentes profissões. Espera-se que as abordagens das profissões se constituam coletivamente na lógica de uma intervenção interdisciplinar, capaz de responder a demandas individuais e coletivas. Contudo, é importante destacar que,

Embora Serviço Social e Psicologia, principais profissionais hoje inseridos no SUAS, possuam acúmulos teórico-políticos diferentes, o diálogo entre essas categorias profissionais aliará reflexão crítica, participação política, compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao trabalho profissional. (CFESS, 2013, p.27).

Além da orientação para composição das equipes de referência pela NOB-RH/SUAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109 de 2009, alterada pela Resolução CNAS n. 13 de 2014) refere-se ao *trabalho interdisciplinar* como atividade integrante do trabalho social essencial aos serviços de proteção social especial de média complexidade (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos e Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade) e de proteção social de alta complexidade (Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos e Serviço de Acolhimento em Repúblicas).

O desenvolvimento das ações tem como pressuposto a ação interdisciplinar. Logo, é preciso primar pela constituição e formação de quadros profissionais com capacidade plena de pesquisar, diagnosticar, planejar, coordenar, monitorar e avaliar programas, projetos, serviços e benefícios no âmbito do SUAS. Frisa-se que não apenas os trabalhadores de nível superior executam ações junto aos serviços, mas profissionais de nível médio e fundamental também tem sua parcela de participação na execução de serviços. Isso implica reconhecer tais trabalhadores no processo de trabalho coletivo, tendo em vista a necessidade de formação e qualificação em que se envolvem diferentes trabalhadores, sob funções, atribuições e responsabilidades distintas.

Nessa direção, o trabalho interdisciplinar aparece nas deliberações das Conferências de Assistência Social a partir da sua primeira plenária em 1995, e desde então tem sido recorrente nos diálogos ocorridos em torno da implantação e implementação do SUAS justo pelo entendimento de que as demandas acolhidas pela Assistência Social são de natureza múltiplas e precisam de intervenções construídas por diferentes áreas do conhecimento, conforme destaque de deliberação de Conferência:

Criar equipes multidisciplinares volantes que atendam os povos tradicionais, assentamentos, imigrantes e população rural com cofinanciamento estadual e federal para estruturas e veículos aos municípios independentemente do número de habitantes, porte dos municípios e extensão do km 2. (BRASIL, 2015, p. 6).

As deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social (ao todo foram 12 conferências realizadas desde 1993) apontam para alguns aspectos centrais quanto ao diálogo sobre a interdisciplinaridade, a saber: Interação com equipes múltiplas de outras políticas públicas, como a saúde, educação e previdência ampliando a possibilidade de intervenção instituindo as diretrizes do SUAS de interdisciplinaridade e intersetorialidade; Previsão das garantias de contratação via concurso público de profissionais em conformidade com as demandas e registros de equipe que compõe o quadro da Assistência Social, bem como estabelecer os planos de carreira a fim de assegurar a manutenção das equipes; Estabelecer equipamentos e serviços com equipes multidisciplinares; Implementar uma política de educação permanente a fim de construir um trabalho sob a perspectiva interdisciplinar.

Para que seja possível uma atuação interdisciplinar no SUAS, é necessário construir uma “prática político profissional” (CFESS, 2013), que contribua para o diálogo, observando diferentes pontos de vista, diferentes conhecimentos, implica, portanto, em aceitar possíveis confrontos em decorrência de abordagens distintas.

A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação. (CFESS, 2013, p. 26).

Nas orientações técnicas (2009) para o trabalho nos CRAS, a descrição da equipe de referência aparece como uma equipe que é interdisciplinar, e “[...] os perfis devem convergir de forma a favorecer o desenvolvimento das funções do CRAS”. (BRASIL, 2009, p.62). No entanto é importante resgatar, que apesar do importante avanço na percepção do trabalho coletivo enquanto uma prerrogativa para o trabalho nesse campo, a equipe não se constitui interdisciplinar pela existência das diferentes profissões, mas sim, pela característica as ações e trabalho desenvolvido.

Dessa forma, no âmbito do SUAS o enfoque interdisciplinar é adotado no processo de trabalho, o que exige que a equipe multiprofissional supere as possíveis “[...] abordagens tecnicistas, segundo a qual o trabalho de profissionais de diferentes áreas é focado como uma atribuição específica e independente”. (BRASIL, 2009, p.65). As orientações destacam ainda que,

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (BRASIL, 2009, p. 65).

Para desenvolver o trabalho coletivo interdisciplinar conforme aludido nas orientações técnicas, os profissionais devem ser de diferentes áreas e trabalharem coletivamente, tendo como resultado um objetivo comum, conforme visto anteriormente esse processo se dá pelo desvelamento e construção de ações a partir dos diferentes saberes.

Para além da composição dos quadros profissionais indicados pela NOB-RH/SUAS (2006), contemplando a diversidade de profissionais necessários para o atendimento da população usuária, outras instâncias são importantes no fortalecimento das ações desta política. Uma ferramenta importante no processo de qualificação dos profissionais é a política de educação permanente do SUAS. Sob a miragem de estabelecer mecanismos que contribuam no desenvolvimento de processos de trabalho interdisciplinares, uma das deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social apontam para a criação de protocolo, conforme segue.

Garantir protocolo para a interdisciplinaridade no SUAS e a intersetorialidade com as demais políticas públicas, assegurando fluxo dos encaminhamentos das referências e contrarreferências dos usuários nos serviços da rede socioassistencial, com objetivo de primar pela qualidade dos serviços prestados e pela melhoria do atendimento às demandas da população, incluindo as comunidades indígenas e quilombolas. (BRASIL, 2011, p. 4).

A proposta da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social - PNEP/SUAS, dá materialidade a esta deliberação, e vai além, tem como princípio a interdisciplinaridade, logo, essa proposta de educação continuada, demanda ser constituída por diferentes disciplinas, contribuindo assim para a ampliação dos debates e reflexões que conduzem a elaboração de estratégias de intervenção qualificadas e interdisciplinares.

A Educação Permanente não se confunde com os modelos tradicionais de educar por meio da simples transmissão de conteúdos, tampouco se identifica com os modelos de formação e capacitação de pessoas, baseados na separação dos que pensam, dirigem e planejam, dos que produzem, operam e implementam. Ela também não admite a hierarquização e a fragmentação

disciplinar do conhecimento e dos saberes. Diversamente disso, se esforça por instituir um processo de ensino, aprendizagem, investigação e construção de conhecimento fundamentado na valorização da interdisciplinaridade. Esse esforço de incorporar a interdisciplinaridade é essencial a uma perspectiva pedagógica que pretende qualificar trabalhadores que atuam no contexto de equipes multidisciplinares e que cotidianamente mobilizam processos laborais e práticas profissionais que lidam com contextos de vida experimentados por indivíduos e famílias, cuja compreensão não é possível por meio da perspectiva de disciplinas isoladas. (BRASIL, 2013, p. 17).

Ao superar o modelo tradicional de educação, a proposta da educação permanente do SUAS contribui para o processo reflexivo que se constitui a partir dos espaços de trabalho, da realidade social em que se inserem os profissionais. É nesse movimento de apreensão e reflexão sobre sua própria realidade que deverão se fortalecer as possibilidades de intervenção qualificada numa perspectiva interdisciplinar, pois a educação permanente deve ocorrer com as equipes de forma a contribuir para mudanças no campo da intervenção profissional. A constituição de processos de trabalho coletivos é resultado da reflexão acerca da permanência e adequação das experiências e práticas profissionais já em curso, que podem ser revistas, qualificadas ou suprimidas.

A Educação Permanente no SUAS deve responder às questões, demandas, problemas e dificuldades que emergem dos processos de trabalho e das práticas profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores e conselheiros e, combinado com isso, instituir um processo de ensino e aprendizagem, investigação e construção de saberes e conhecimento calçado na valorização da interdisciplinaridade, fundamentada no reconhecimento dos saberes específicos de cada área, na sua complementaridade e na possibilidade de construção de novos saberes e práticas. (BRASIL, 2013, p. 17).

A educação permanente do SUAS tem como propósito contribuir para que os trabalhadores desta política possam desenvolver competência e capacidades com o objetivo de aprimoramento do SUAS, por meio de ações educativas de caráter permanente. Assimilar a interdisciplinaridade e concretizá-la na prática é um grande desafio, desafio este que está posto formalmente nos documentos e resoluções que orientam o trabalho na Assistência Social, o que faz esse processo de apreensão necessária e urgente para que os profissionais possam construir uma “práxis mais reflexiva e coletiva que leve à consolidação da política de assistência social como direito”. (BARBOSA; BRISOLA, 2013, p. 208).

4 | CONCLUSÃO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

As reflexões aqui tecidas, iniciam um debate, que não tem pretensão alguma de esgotar-se, abrindo um caminho a ser percorrido em decorrência da produção incipiente sobre o tema e da necessidade de adensamento sobre interdisciplinaridade em especial no Sistema Único de Assistência Social. Assim como sugere Neto (1994, p. 345) “um galo

sozinho não tece uma manhã: ele precisará de outros galos”, apontando para a necessidade de construção de ações coletivas, seja pelo fortalecimento que se estabelece na divisão da responsabilidade junto a outros profissionais, seja pela qualificação da reflexão coletiva com diferentes disciplinas.

O atendimento em serviços qualificados e orientado para um acolhimento das demandas múltiplas que constituem as relações sociais é um direito inerente ao campo assistencial, e como tal, precisa ser assimilado e traduzido pelas equipes multiprofissionais estabelecendo para isso um trabalho que rompa com uma lógica fragmentada. No exercício de suas funções, os trabalhadores do SUAS estão materializando a intervenção do Estado na prestação de serviços que se configuram como direito à proteção social. A necessidade de estabelecer um trabalho interdisciplinar tem o importante papel de contribuir para a construção de espaços de trabalho qualificados na prestação dos serviços e que também sejam qualificados sob o ponto de vista da valorização dos trabalhadores e de suas condições objetivas.

A interdisciplinaridade proposta pelo SUAS demanda uma organização concreta no campo da gestão que vão desde a composição de equipes a forma de conduzir os processos de formação, destacam-se alguns aspectos para contribuir: a) a composição dos quadros profissionais com base nas orientações técnicas da NOB-RH/SUAS; b) a compreensão do que implica um trabalho interdisciplinar; c) constitui coordenações qualificadas nos serviços para que tenham capacidade de contribuir interdisciplinarmente; d) fortalecer as ações de educação permanente sob a perspectiva de fortalecimento da interdisciplinaridade; e) participação de todos os profissionais envolvidos nas ações do SUAS nos processos de formação para não fragmentar o processo de conhecimento.

O trabalho interdisciplinar é um desafio para os profissionais que compõe as equipes do SUAS. No entanto, a política de assistência social, com seus parâmetros, objetivos e normas orientam e contribuem para o avanço da interdisciplinaridade possibilitando espaços para que os profissionais possam compartilhar seus saberes, suas experiências, construindo alternativas e processos de trabalho coletivos na perspectiva de um trabalho qualificado nos serviços do SUAS.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. Alves; BRISOLA, Elisa M^a A. **Interdisciplinaridade: A percepção dos Trabalhadores Sociais dos Centros de Referência da Assistência Social.** UEPG. Letras e Artes, Ponta Grossa, 2013, p. 197-209.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Brasília, 2009.

_____. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução 17, de 20 de junho de 2011.** Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, DF: CNAS, 2011.

_____. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: CNAS, 2011.

_____. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução 4, de 13 de março de 2013**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS. Brasília, DF: CNAS, 2013.

_____. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: CNAS, 2015.

CAMELLO, Andrea Dandolini. **A interdisciplinaridade como processo de integração de diferentes saberes no acesso e garantia de direitos de cidadania**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2005.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2013.

EULÁLIA, Divanir; MUNHOZ, Naréssi. Trabalho interdisciplinar: realidade e utopia. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 51, p. 167-171, agosto de 1996.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Uma abordagem socioeducacional. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lucia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 139-151.

MELO NETO, João Cabral. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área da saúde. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, n. 3, p. 1-9, 1998.

OLIVEIRA, Mara de. Acessando Direitos Sociais: redes municipais de políticas sociais - espaço de articulação entre as políticas sociais públicas. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, RS, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2004.

PAVIANI, Jayme; BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Interdisciplinaridade: disfunções conceituais e enganos acadêmicos**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1993.

RAMOS, Samya Rodrigues. A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, v. 5, p. 81-94, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Subsídios para uma reflexão sobre os novos caminhos da interdisciplinaridade. In: SÁ, Jeanete L. Martins (org.). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa extensão**. São Paulo: Cortez, 2010.


TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 